

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.174 - MT (2018/0246083-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : JOSE PELIZZON
AGRAVANTE : JENI PELIZZON
ADVOGADOS : DARTAGNAN LIMBERGER COSTA - RS072784
LEANDRO KONZEN STEIN - RS073374
FERNANDO LUÍS PUPPE - RS083691
KATIA CRISTINA FRANTZ - RS091920
AGRAVADO : LEOVERAL FRANCISCO LOPES
AGRAVADO : ALICIANE LETICIA SULZBACHER LOPES
ADVOGADO : LEOVERAL FRANCISCO LOPES - MT003549B
ADVOGADA : ALICIANE LETICIA SULZABACHER LOPES - MT018321

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 972/976).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 766/767):

EMENTA - RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRENCIA - PENHORA - CONTA POUPANÇA E APLICAÇÕES OUTRAS - POSSIBILIDADE - HONORARIOS ADVOCATICIOS - VERBA ALIMENTAR - § 14, ARTIGO 85, CPC - EXCEÇÃO A REGRA GERAL - INAPLICABILIDADE DOS INCISOS IV E X DO CPC - PENHORA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido.

1. O processo de execução em traços jurídicos não exaustivos. Se o magistrado de piso, em despacho anterior, determina a penhora ON LINE, através do BACENJUD, efetuado o ato, pedido feito ao magistrado de desbloqueio equivale a mero requerimento de reconsideração. Não tendo nem forma nem figura de juízo, não tem obrigação o magistrado de analisar este pedido já que o que deve ser atacada é a decisão anterior. Não se fala, portanto, em cerceamento de defesa, o indeferimento da pretensão esposada em sentença terminativa onde o magistrado assim procede, homologando os cálculos e autorizando a liberação do valor depositado para o credor.

2. Os honorários advocatícios tem natureza alimentícia e crédito privilegiado. Não se aplicando, neste contexto, a regra geral. Para garantia deste crédito, podem ser penhorados os saldos existentes em caderneta de poupança e até contas correntes, sobretudo quando nestas não se comprovam de forma esborçada que se tratam de proventos de aposentadoria. Não se justifica o não pagamento de verba alimentar se o executado possui reservas econômicas, não se importando a natureza destas.

As razões do recurso especial (e-STJ fls. 928/944), fundamentadas no art. 105, III, alínea "a", da CF, versam sobre ofensa ao art. 833, IV e X, do CPC/2015.

Afirmaram os recorrentes que os valores em conta-poupança seriam impenhoráveis até 40 salários mínimos sem exceções. Da mesma forma, os valores decorrentes de aposentadoria e de aplicação financeira, que seriam equiparáveis à conta-poupança.

Ainda (e-STJ fl. 941), "é de se reconhecer a Impenhorabilidade dos valores da conta-corrente do Recorrente JOSE PELIZZON, uma vez que o montante bloqueado afigura-se

amplamente necessário para sua subsistência e de sua família, tendo em vista, ademais, o princípio da dignidade humana".

Requereram a atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial.

No agravo (e-STJ fls. 979/991), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Os agravados apresentaram contraminuta (e-STJ fls. 995/1.009).

É o relatório.

Decido.

Segundo entendimento consolidado na Corte Especial do STJ, no julgamento dos EDcl nos EAREsp n. 387.601/RS, sendo os honorários advocatícios considerados verba alimentar, é cabível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. Confira-se o julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTÍCIA. PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 649, § 2º, DO CPC. ACÓRDÃO EMBARGADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 168/STJ.

1. Os embargos de declaração que objetivam exclusivamente o novo exame do mérito da decisão impugnada devem ser recebidos como agravo regimental, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal.

Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento. Precedentes: AgRg no REsp 1.397.119/MS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cuevas, Terceira Turma, DJe 14/02/2014; AgRg no AREsp 32.031/SC, Rel. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 03/02/2014; AgRg no AREsp 387.601/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 28/10/2013; REsp 1.365.469/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 26/06/2013; AgRg no REsp 1.206.800/MG, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 28/02/2011.

3. Incidência da Súmula 168 do STJ, segundo a qual "não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado".

4. Agravo regimental não provido.

(EDcl nos EAREsp n. 387.601/RS, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/2/2015, DJe 4/3/2015.)

Assim também é a orientação das Turmas da Segunda Seção do STJ, assente no "sentido de que os honorários advocatícios são considerados verba alimentar, inclusive para fins do disposto no art. 833, § 2º, do CPC/2015, sendo possível a penhora de verbas remuneratórias para o seu pagamento" (AgInt no AREsp n. 1.366.890/DF, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/2/2019, DJe 13/3/2019).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA

ALIMENTAR DO CRÉDITO. PENHORA INCIDENTE SOBRE VERBA SALARIAL. POSSIBILIDADE. AVALIAÇÃO DO LIMITE DA CONSTRIÇÃO EM CADA CASO, SOB PENA DE SE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A legislação processual civil (CPC/2015, art. 833, IV, e § 2º) contempla, de forma ampla, a prestação alimentícia, como apta a superar a impenhorabilidade de salários, soldos, pensões e remunerações. A referência ao gênero prestação alimentícia alcança os honorários advocatícios, assim como os honorários de outros profissionais liberais e, também, a pensão alimentícia, que são espécies daquele gênero. É de se permitir, portanto, que pelo menos uma parte do salário possa ser atingida pela penhora para pagamento de prestação alimentícia, incluindo-se os créditos de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, os quais têm inequívoca natureza alimentar (CPC/2015, art. 85, § 14).

2. Há de se considerar que, para uma família de baixa renda, qualquer percentual de constrição sobre os proventos do arrimo pode vir a comprometer gravemente o sustento do núcleo essencial, ao passo que o mesmo não necessariamente ocorre quanto à vida, pessoal ou familiar, daquele que recebe elevada remuneração. Assim, a penhora de verbas de natureza remuneratória deve ser determinada com zelo, em atenta e criteriosa análise de cada situação, sendo indispensável avaliar concretamente o impacto da penhora sobre a renda do executado.

3. No caso concreto, a penhora deve ser limitada a 10% (dez por cento) dos módicos rendimentos líquidos do executado. Do contrário, haveria grave comprometimento da subsistência básica do devedor e do seu núcleo essencial.

4. Agravo interno parcialmente provido para dar parcial provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp n. 1.732.927/DF, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 22/3/2019.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.

1.EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CARÁTER ALIMENTAR. PENHORA. SALÁRIO. 30% (TRINTA POR CENTO). POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

2. ONEROSIDADE EXCESSIVA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Dado o caráter alimentar dos honorários advocatícios, sucumbenciais ou contratuais, admite-se, excepcionalmente, a penhora sobre percentual de salário para satisfação do credor. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.606.700/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 3/10/2017, DJe 6/10/2017.)

No caso, a Corte de origem assentou que o crédito objeto da lide são honorários advocatícios, sendo, portanto, dotado de natureza alimentar, justificando *o status* diferenciado pelo ordenamento a autorizar, para o seu pagamento, a penhora dos valores encontrados em conta bancária do recorrente executado.

Embora a legislação processual determine a impenhorabilidade do depósito em caderneta de poupança até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, tal regra deve ser analisada restritivamente, admitindo-se sua mitigação no caso de prestação alimentícia.

Assim, em se tratando de dívida de natureza alimentar – honorários advocatícios –, mostra-se plenamente possível a penhora dos valores existentes na caderneta de poupança e aplicações financeiras dos recorrentes, por configurar exceção à regra do art. 833, IV e X, do CPC/2015, segundo assentou o TJMT (e-STJ fls. 770/771):

No caso presente, quer em relação a penhora recaída sobre Conta Poupança, quer na penhora recaída sobre outras verbas, não há como albergar a pretensão recursal.

Superior Tribunal de Justiça

É que, em relação a origem do crédito, tratam-se de honorários O § 14, do artigo 85, do Código de Processo Civil estabelece:

"Os honorários constituem direito do advogado e tem natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da relação de trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial". (grifou-se).

Neste compasso, temos que os honorários advocatícios tem privilégios semelhante aos salários e, desta forma, trata-se de exceção à regra geral estabelecida a espécie.

Desta forma, dado a natureza do crédito, não estão alijados de penhora, não estão excluídos deste gravame, não se aplicando, no caso, as disposições prescritas pelos incisos IV e X, do artigo 833, do Código de Processo Civil.

Como é sabido, o caráter absoluto da impenhorabilidade da conta poupança ou mesmo de salários, soldos, vencimentos comporta uma exceção à regra geral quando estiver diante de cobrança de honorários advocatícios, tendo em vista serem estes equiparados por lei (§ 14, artigo 85, CPC), a verba de cunho alimentar.

O entendimento adotado pela Justiça de origem coincide com a jurisprudência das Turmas da Segunda Seção do STJ sobre o tema. Incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator